



Declaração Política

(Reforma do sistema político)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estamos agora a iniciar um ciclo político intenso, marcado pela realização de três eleições no espaço de apenas um ano. Um pouco por toda a Europa, o cenário eleitoral está marcada pela balcanização das representações parlamentares partidárias e pela emergência de sectores políticos cada vez mais radicalizados. O populismo cresce e com ele o antiparlamentarismo.

Até mesmo aqui, no nosso Parlamento, já foi possível testemunhar um violento ataque populista e demagógico às nossas instituições parlamentares por parte de um membro do atual Governo Regional, o Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino Meneses. É evidente que este membro do Governo foi depois incensado como um herói pelas redes sociais, justamente por proferir os insultos que alguns gostariam de ter vociferado neste hemiciclo.

As redes sociais, onde reina a lei do faroeste, do dispara primeiro e reflexiona depois, não são os espaços de participação cívica que alguns intelectuais anunciaram efusivamente no início deste século. Pelo contrário. Nelas, o boato transforma-se rapidamente numa verdade comprovada e o insulto e o julgamento sumário de carácter afastam qualquer réstia de ponderação, educação e reflexão. Ao olhar para o comportamento da multidão nas redes sociais é fácil de perceber por que razão nunca faltaram muitos e jubilosos espectadores nos autos-de-fé organizados pela Santa Inquisição.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Não, meus senhores, não é definitivamente aí - nesses locais onde reina o mais negro obscurantismo intelectual e onde emergem vitoriosos os mais baixos instintos caluniadores, finalmente libertos das leis físicas da cobardia - que a democracia se fortalecerá. A democracia, tal como eu a concebo, tem de emergir vitoriosa da nossa capacidade de melhorar as nossas instituições. Com recurso ao estudo, à análise e à nossa capacidade de consensualizar soluções para os problemas da nossa comunidade e responder às suas justas aspirações.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O que eu aqui me proponho, no âmbito desta Declaração Política, é salvaguardar o diálogo e a capacidade de consenso em áreas institucionais em que as reformas só podem ser alcançadas através da formação de maiorias parlamentares qualificadas ou amplamente representativas. Vou aqui avançar com três exemplos, que significam outros tantos desafios que quero lançar aos restantes partidos aqui representados.

Tomo esta atitude, na medida em que acredito que a capacidade de diálogo e a moderação entre os democratas constitui a única forma de derrotar os extremismos intolerantes e o avanço dos populismos niilistas. Escolho hoje as áreas da representação institucional, do regime de incompatibilidades e do combate à abstenção, na medida em que considero estas áreas são basilares para o lançamento de uma reforma política que diminua o raio de ação dos populismos.

O primeiro desafio que quero lançar tem a ver com a reforma do nosso sistema eleitoral.

Acompanhamos a perceção, de uma parte significativa da opinião pública, segundo a qual é necessário redimensionar a nossa representação



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

parlamentar. Apresentámos, em apenas 5 anos, três iniciativas nesta área, que tentaram inicialmente reduzir para 41 os deputados representados neste Parlamento ou então, através das condições de consenso possível existentes no nosso Parlamento, evitar o seu aumento dos atuais 57 para 64 deputados. Fomos bem-sucedidos neste último propósito.

A julgar pelas declarações de vários responsáveis políticos, a atual lei eleitoral está longe de estar consensualizada. Da nossa parte pretendemos reduzir o número de deputados e permitir a escolha livre dos cidadãos no âmbito das listas apresentadas pelos partidos, no sentido dos eleitores não terem de respeitar a forma como os partidos posicionam os seus candidatos. Escolha livre do partido e também do candidato. Outros partidos têm outros posicionamentos nesta matéria.

Ora a Lei Eleitoral tem de ser aprovada por uma maioria qualificada de 2/3. De nada vale, assim, um partido comprometer-se isoladamente, no âmbito da campanha eleitoral, a reduzir o número de deputados. Esta matéria exige capacidade de diálogo e espírito de consenso. Assim, propomos a formação de um grupo de trabalho informal – que integre todos os partidos com representação parlamentar – que trabalhe os vários posicionamentos políticos nesta matéria até ao final da presente legislatura, no sentido de tentar encontrar uma solução que aproxime os vários posicionamentos políticos nesta área. A ideia é tentar obter, desde já, um acordo, ou então na perspetiva menos otimista, preparar as bases de um futuro entendimento após as eleições do próximo ano.

O segundo desafio que aqui quero lançar está relacionado com o alargamento do regime de incompatibilidades dos responsáveis políticos.

Existe, na sociedade, a perceção que o desempenho de funções autárquicas, parlamentares ou governativas permite o estabelecimento de uma rede de contactos e conhecimentos que facilitam a posterior nomeação para altos cargos no âmbito da administração regional ou no sector público empresarial regional.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Neste âmbito, pode assistir-se a uma verdadeira dança de cadeiras, que eterniza a permanência de alguns indivíduos em funções públicas, sem recurso a concurso público. Cria-se, assim, a perceção, junto da opinião pública, de que existem vantagens e privilégios para a classe política ligada ao partido que conjunturalmente governa. O PPM propõe a análise conjunta desta matéria, sendo certo que defendemos a inibição, durante um período correspondente a pelo menos uma legislatura completa (4 anos), a todos os deputados, membros do Governo e autarcas que estejam, ou tenham estado no período imediatamente anterior, a desempenhar funções a tempo inteiro e a usufruir da remuneração correspondente.

Finalmente, o terceiro desafio – e o mais ambicioso – é a formação de um pacto partidário contra a abstenção. Propomos a criação de um grupo de trabalho, constituído por todos os partidos com atividade política permanente na Região, que elabore, até junho de 2016, um leque de medidas dirigidas ao combate à abstenção.

Temos algumas ideias. Entre elas destacamos a necessidade de reforçar a mensagem institucional veiculada na comunicação social e a criação de debates/sessões de esclarecimento entre as diversas forças políticas, realizados ao nível das freguesias, utilizando os espaços institucionais disponibilizados gratuitamente pela administração regional e autárquica.

A abstenção corrói a representatividade e a legitimidade das instituições democráticas. É necessário pôr-lhe cobro. É crucial impedir que a abstenção atinja os extraordinários valores de 60%, que se registaram nas últimas eleições legislativas nacionais, no âmbito do círculo eleitoral dos Açores. É uma tarefa de todos. A democracia depende do voto da maioria esmagadora dos cidadãos.

Disse!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão